

Artigos de opinião

Agroecologia: uma forma de promoção da saúde ao enfrentar a doença do agronegócio

Agroecology: a way of health promotion to confront the agrobusinessdisease

Agroecología: Una forma de promoción de la salud al enfrentar la enfermedad del agronegócio

Cleber FOLGADO¹

É possível que muitas pessoas já tenham ouvido o ditado popular de que “saúde entra pela boca”, porém, no dia a dia não é muito comum que as pessoas relacionem de imediato a palavra saúde à produção de alimentos e, conseqüentemente, ao seu consumo. Aliás, é comum, quando tratamos do tema “saúde”, pensar primeiro em doenças e problemas que devem ser resolvidos e não em questões que promovem a saúde.

Desse modo, podemos afirmar que existe uma deficiência em não pensar nos mecanismos e elementos que promovam uma vida saudável. É sobre isso que queremos tratar ao discutir de forma breve a agroecologia como mecanismo de promoção da saúde, partindo antes, porém, de uma contextualização histórica da agricultura agroquímica industrial até chegar ao modelo atual e a alguns de seus problemas.

Sabe-se que a agricultura é praticada há mais de dez mil anos e transformou-se em uma das mais importantes descobertas da humanidade. Essa descoberta, realizada pelas mulheres, foi decisiva para que os seres humanos deixassem a condição de nômades e passassem a ser sedentários, o que, por sua vez, influenciou diretamente na construção das sociedades.

Ao longo de todo este período histórico, as comunidades camponesas foram desenvolvendo novas práticas e conhecimentos que possibilitaram qualificar os processos produtivos, aumentando a quantidade e a qualidade dos alimentos produzidos. Durante esse processo histórico, as técnicas baseavam-se na produção e reprodução da vida tanto dos seres humanos, quanto das espécies cultivadas, garantindo assim um convívio harmônico.

Atualmente o conceito que, do ponto de vista prático e teórico, consegue dar conta de retomar, dentro de uma perspectiva inovadora, tais elementos, é a agroecologia. Uma entre as diversas definições do conceito é dada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996)¹, para quem a

agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para –por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem esses autores, joga um papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilitam a implementação de estilos de agriculturas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Estamos dizendo que a agroecologia é, portanto, uma forma de promoção da saúde e que devemos pensar nela não apenas como mecanismo de promoção da saúde no meio rural, mas também no meio urbano, na medida em que consegue produzir alimentos sem venenos ou modificações genéticas com alta qualidade nutricional. Produzir alimentos de qualidade é uma forma de promoção da saúde humana, animal e do planeta em seu conjunto.

Se analisarmos a história, vamos constatar que muitos anos se passaram até que a humanidade adotasse uma lógica de produção que não mais tinha como objetivo principal a produção de alimentos, mas sim a produção de lucro para determinados grupos econômicos. Veremos que, com o fim da segunda guerra mundial, em 1945, as empresas do complexo bélico militar viram-se com dois grandes problemas: o primeiro deles era o que fazer com os estoques de produtos e armas químicas feitas para a guerra. Já o segundo problema consistia na possibilidade de se tornarem obsoletas as gigantescas estruturas de fábricas que formavam o complexo industrial bélico.

Tais problemas serão “resolvidos” transformando-se em novos problemas, pois as medidas adotadas consistiram em um processo de adaptação dos restos da guerra, no qual tanques são transformados em tratores, colheitadeiras e outros maquinários, e as armas químicas são transformadas em agrotóxicos. É desta forma que armas químicas como o famoso **agente laranja**(desfolhante, resultado da mistura do 2.4-D e do 2.4.5-T, principais cloro fenóis, produzidos na época e comprovadamente cancerígenos) usado pelos soldados estadunidenses na guerra do Vietnã para matar milhares de soldados e civis – e que até hoje afeta a população do local onde foi despejado – foram transformadas em agrotóxicos e passaram a ser usados livremente na agricultura.

Este período é marcado pelo domínio da indústria sobre a agricultura e ficou conhecido com o nome de *revolução verde*. Tal proposta passa a ser propagandeada como a grande promessa de acabar com a fome no mundo e a penosidade do trabalho manual no campo. A revolução verde representa, portanto, a imposição de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos (*venenos*) e outros insumos na agricultura. E, para garantir a consolidação deste novo modelo, são constituídos organismos internacionais que passam a exercer forte pressão sobre os principais países agrícolas do mundo para que adotassem o pacote tecnológico da revolução verde. No cenário mundial, a FAO (Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o Banco Mundial foram os maiores promotores da revolução verde, em atuação conjunta com a OMC (Organização Mundial

do Comércio).

É desta forma que, na década de 50, a indústria química consegue estabelecer um novo paradigma para a agricultura, resultando na construção de mecanismos próprios de imposição do modelo por vários governos, garantindo como linha a ser seguida nas faculdades de agronomia, nas instituições de assistência técnica e extensão rural, além de disponibilizar recursos para a construção de instituições de pesquisa que pudessem adaptar as técnicas a serem adotadas em cada país.

No Brasil, este modelo começa a ser imposto na década de 60, ganhando força quando em 1965 é criado, pelo governo militar, o Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra do pacote tecnológico que trazia consigo os insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes). Dez anos depois, em 1975, esse processo de imposição dos agrotóxicos ganha força, pois é criado, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o famoso Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, que, por sua vez, transfere para o Brasil fábricas de agrotóxicos que em muitos casos já eram obsoletas em seus países de origem, em função da proibição dos I.A. (Ingredientes Ativos) produzidos por elas.

A primeira denúncia de âmbito internacional é feita em 1962, quando Rachel Carson publica nos EUA o livro **Primavera silenciosa**² que, por sua vez, trata de detalhar os efeitos adversos da utilização de agrotóxicos (pesticidas e inseticidas sintéticos) iniciando, assim, os primeiros grandes debates acerca das implicações da atividade humana com a utilização dos venenos, tratando de refletir sobre o custo desta contaminação para o ambiente e para a sociedade. A autora ainda advertia para o fato de que a utilização de tais produtos químicos para controlar o que chamavam de pragas e doenças estava, na verdade, interferindo nas defesas naturais do próprio ambiente, e acrescentava:

Quando a maré de produtos químicos, frutos da Era Industrial, se elevou a ponto de engolfar nosso meio ambiente, uma drástica mudança se operou na natureza dos mais graves problemas de saúde pública... nossa maior preocupação não é mais com os organismos que causam doenças, antes onipresentes... Hoje estamos preocupados com um tipo diferente de risco que se oculta em nosso meio ambiente – um risco que nós mesmos introduzimos em nosso mundo, à medida que nosso estilo de vida moderno se desenvolveu. CARSON (2010, p.162)²

No Brasil, a utilização dos agrotóxicos foi sendo feita de qualquer forma e sem legislação até o ano de 1989, quando se publica a Lei 7.802³, conhecida como lei dos agrotóxicos. No entanto, vale lembrar que, desde a constituição de 1988, que representava a redemocratização do país, já havia elementos e princípios que se aplicavam – e se aplicam – à questão dos agrotóxicos, tais como o artigo 225 da Constituição⁴ que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” e ainda assegura que “é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras

gerações”⁴.

Um detalhamento deste artigo estabelece ainda que: “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”⁴. A chamada lei dos agrotóxicos foi considerada para o período um enorme avanço, pois de início já tratou de questões relacionadas a impor certas restrições ao registro de agrotóxicos, cabendo a responsabilidade deste processo a três ministérios, sendo eles o Ministério da Saúde (por meio da ANVISA), Ministério do Meio Ambiente (por meio do IBAMA) e o Ministério da Agricultura (MAPA). Tratou de questões relacionadas à proibição do fracionamento de agrotóxicos, ou seja, as embalagens não podem ser abertas, portanto só podem ser comercializadas nas quantidades e embalagens fornecidas pelos seus fabricantes; também tratou da obrigatoriedade do receituário agrônomo para compra de agrotóxicos; tratou da destinação e devolução das embalagens vazias e ainda de impor restrições à propaganda comercial de agrotóxicos.

Nos últimos anos, as transformações no modelo capitalista impuseram certas mudanças na lógica de funcionamento da acumulação capitalista no campo, e isso trouxe mudanças. Assim, a chamada revolução verde se moderniza e, agora controlada pelo capital financeiro, passa a receber o nome de agronegócio, que por sua vez representa o atual modelo hegemônico de produção na agricultura.

É importante entender que o agronegócio é resultado de uma aliança de classe entre o capital financeiro internacional, que atua através dos bancos, com as empresas transnacionais que atuam no ramo da agricultura, tais como Monsanto, Syngenta e Bayer, e por fim com os latifundiários. Este modelo recebe apoio incondicional da mídia burguesa, que por sua vez o difunde como única alternativa possível, invisibilizando os problemas gerados pelo mesmo e superdimensionando as suas supostas vantagens.

Este modelo de agricultura é sustentado pela produção de monocultivos com uso de maquinário pesado voltado para as grandes propriedades de terra, além disso, toda a produção tem como foco a exportação. Para garantir a produção nesse regime faz-se necessária a utilização exacerbada de agrotóxicos, sementes transgênicas e fertilizantes químicos. Tal processo irá gerar um conjunto de problemas que afetarão diretamente a saúde das populações que vivem no campo de forma mais intensa, porém, não deixando de afetar as populações que vivem nos centros urbanos, que passarão a se alimentar cada dia mais com alimentos contaminados por agrotóxicos, hormônios, conservantes, entre outros.

No entanto, ao longo desse processo um conjunto de enfrentamentos e formas de resistência ao modelo hegemônico imposto foi se consolidando na sociedade, e entre as diversas formas de resistência uma das mais relevantes na agricultura foi o desenvolvimento teórico-prático da agroecologia. Não é pequena a quantidade de camponeses e camponesas que, a cada dia, passa a adotar a transição para a agroecologia, às vezes por consciência e às vezes por necessidade, já que

em alguns casos pessoas da família intoxicam-se com agrotóxicos e não mais podem trabalhar com esses produtos.

O que importa destacar é a necessidade atual de que o governo possa investir na promoção da agroecologia, pois, assim como na década de 60 e 70 garantiu recursos, infraestrutura e todas as demais condições necessárias –às vezes até por imposição, como era o caso dos créditos vinculados ao pacote tecnológico – para a doação massiva das técnicas e produtos da revolução verde, faz-se necessário hoje o investimento massivo na agroecologia.

Sabemos que tal processo não implica apenas em vontade governamental, já que um conjunto de interesses de grandes corporações tais como Monsanto, Syngenta, Bayer, entre outras, atua de forma silenciosa, mas contundente, nas decisões políticas, porém já passou da hora de o Brasil buscar ostentar o título de maior produtor de alimentos saudáveis do mundo, abdicando do atual título de maior consumidor de agrotóxicos.

Uma iniciativa importante, ainda que tímida frente as potencialidades do Brasil, é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, que, por sua vez, é uma política pública do Governo Federal que, por meio da integração de ações de dez ministérios, busca ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável⁵. Segundo o texto do próprio Planapo, o objetivo é:

Articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais⁵.

Infelizmente, lamentamos a quantidade de recursos destinados, pois foram previstos apenas R\$ 8,8 bilhões para as ações no período de 2013 a 2015. Sem negar a importância disso, percebemos que tal quantidade para a promoção da saúde – se entendemos a agroecologia como promotora de saúde – é extremamente pequena se comparada ao volume de recursos destinados ao Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, que chega ao montante de R\$ 156,1 bilhões destinados ao agronegócio e geridos pelo MAPA⁶.

Sem dúvidas, se os cálculos fossem feitos em relação à quantidade de recursos que são gastos para sanar problemas ambientais, problemas de contaminação, doenças agudas e crônicas advindas da lógica de produção adotada pelo agronegócio, perceberíamos que o investimento não vem sendo feito na promoção da saúde, mas na promoção da doença e, conseqüentemente, no seu tratamento, que aliás tem, em alguns casos, as mesmas empresas atuando nas duas pontas, como é o caso da Bayer que atua no ramo farmacêutico, mas está entre as seis maiores produtoras de agrotóxicos do mundo.

Iniciativa importante que aqui deve ser lembrada como resultado dos debates em torno do Planapo é o ainda em construção Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – Pronara – como vem sendo chamado. Tal programa vem sendo elaborado por um grupo de pessoas composto por representantes do governo em diversos seguimentos, entre eles Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional do Meio Ambiente (Ibama); também por representantes dos movimentos sociais tais como Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Via Campesina, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Fórum Nacional de combate aos agrotóxicos; e pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Tal iniciativa é resultado das exigências sociais. De nada adiantaria a existência de um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica se, por outro lado, não houvesse a construção de um programa de redução de agrotóxicos, já que a utilização atual de forma exacerbada e sem controle terminaria contaminando as áreas de produção orgânica e agroecológica.

A agroecologia, por sua vez, não é apenas uma oposição ao modelo hegemônico adotado e tampouco um mero sistema produtivo que não utiliza agrotóxicos, mas – reforço – um mecanismo de promoção da saúde que traz consigo uma dimensão política, ambiental e sociocultural. Portanto, adotar a agroecologia como mecanismo de promoção da saúde é olhar para o próprio conceito de saúde de forma ampla.

Ao promover qualidade de vida dentro do sistema camponês de produção, a agroecologia retoma de certa forma a lógica dos primórdios da agricultura, ou seja, objetiva a produção e reprodução social da vida, agregando o zelo pelos aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais.

É nesse contexto que vemos o agronegócio não só como promotor de doenças, mas como uma doença em si mesmo, haja vista a sua lógica. Por outro lado, a alternativa agroecológica não é apenas uma opção, mas uma necessidade latente frente ao que legaremos às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- 1- SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. *Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España*. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p. 153-197. (Serie Estudios).
- 2- CARSON, R. *Primavera Silenciosa*. 1º ed. São Paulo: Gaia, 2010.
- 3- BRASIL. *Lei 7.802*. 11 de julho de 1989.
- 4- BRASIL. *Constituição Federal*. 1988.

5-BRASIL. MDA. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. 2013.

6-BRASIL. MAPA. *Plano Agrícola e Agropecuário*. 2014.

7- LONDRES, Flávia. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação em defesa da vida*. AS-PTA. Rio de Janeiro, 2011.